

**MINISTÉRIO
DO TRABALHO
E EMPREGO**
GABINETE DO MINISTRO
Assessoria Internacional

ASSESSORIA INTERNACIONAL

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2007

Brasília, 20 de dezembro de 2007.

Índice

1. Organização Internacional do Trabalho – OIT
2. Organização dos Estados Americanos – OEA
3. Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP
4. Comissão Tripartite de Relações Internacionais – CTRI
5. Agenda Nacional do Trabalho Decente – ANTD
6. Mercosul
7. Cooperação Técnica
8. Afastamentos do País

1. Organização Internacional do Trabalho – OIT

A) Conselho de Administração da OIT.

O Conselho de Administração é o órgão executivo da Repartição Internacional do Trabalho que se reúne três vezes por ano, em março, junho e novembro. Este órgão toma decisões sobre as políticas da OIT, estabelece a agenda da Conferência Internacional do Trabalho, e adota o projeto de Programa e Orçamento da Organização que deve ser apresentado à reunião da Conferência.

Sua composição é de 56 membros titulares (28 representantes de governos, 14 de empregadores e 14 de trabalhadores), e 66 membros suplentes (28 em representação de governos, 19 de empregadores e outros 19 de trabalhadores). Dez dos postos titulares de governos são ocupados de forma não eletiva pelos Estados de maior importância industrial (Alemanha, Brasil, China, Estados Unidos, França, Índia, Itália, Japão, Reino Unido e Federação Russa). Os demais membros ocupam lugares itinerantes.

No presente ano, o Ministério do Trabalho e Emprego participou das 3 reuniões do Conselho de Administração e da Conferência Internacional do Trabalho – CIT, além de XX reuniões setoriais e regionais.

A 298ª reunião do Conselho de Administração, em março, aprovou a proposta de programa, orçamento e administração da OIT para o biênio 2008-2009 a qual foi adotada em sua totalidade pela Conferência Internacional do Trabalho em junho de 2007.

A 299ª reunião do Conselho, realizada em junho, logo após a Conferência, com duração de um dia, elegeu como presidente para o período 2007-2008 o Embaixador do Sri Lanka – Sr. Jayatilleka.

A 300ª reunião, realizada em novembro, estabeleceu os preparativos para que na reunião de março possam ser aprovados os pontos relativos à ordem do dia da Conferência de 2010 e ultimados os detalhes para a possível reforma na composição dos membros não eletivos do Conselho de Administração, quando uma solução ao pleito dos países africanos, que pedem integrar a composição permanente, deve ser apresentada pelo Diretor Geral e decidida pelos Membros do Conselho.

B) Conferência Internacional do Trabalho da OIT.

O evento foi realizado entre os dias 29 de maio a 15 de junho de 2007, na cidade de Genebra – Suíça, contando com a participação de mais de 3.000 delegados dos 170 países membros daquela Organização. A Conferência foi presidida pelo Vice-Ministro do Trabalho, Assuntos Sociais e Igualdade de Oportunidades da República de Albânia, Sr. Kastriot Sulka e como Vice-Presidentes atuaram o Embaixador Carlos Antônio da Rocha Paranhos (Brasil), o Sr. Michel Barde dos empregadores de Suíça e o Sr. Marc Blondel (França) por parte dos trabalhadores.

Principais resultados:

a) A Conferência adotou o Programa e Orçamento do biênio 2008-2009, de 641,7 milhões de dólares. Esse valor foi recomendado pelo Conselho de Administração e significa, em termos reais, crescimento nominal zero, o que significa que não haverá mudanças nos programas e alocação de recursos para próximo biênio.

b) Adoção da Convenção nº. 188 e da Recomendação nº. 199 sobre o Trabalho no setor pesqueiro, 2007.

Os delegados apoiaram as novas normas destinadas a melhorar as condições dos trabalhadores do setor da pesca, e que contém disposições para garantir que os trabalhadores tenham acesso a melhores níveis de segurança e higiene, saúde e atenção médica, que aqueles que sofram acidentes ou doenças possam ser atendidos em terra, que possam desfrutar de repouso suficiente, que tenham a proteção de um acordo trabalhista, e que disponham da mesma proteção social dos demais trabalhadores.

c) Adoção de uma Resolução relativa ao fortalecimento da capacidade da OIT para prestar assistência aos Membros na consecução de seus objetivos no contexto da globalização.

A Conferência convidou o Conselho de Administração a que inscreva na Ordem do Dia da 97ª Reunião da Conferência, com a finalidade de prosseguir a discussão sobre o fortalecimento da capacidade da OIT no contexto da Globalização, e estudar as propostas relativas a um possível exame de documento de referência, como uma Declaração ou outro instrumento adequado, com o correspondente seguimento, e determinar a forma que poderia adotar. A Conferência ainda solicitou ao Conselho de Administração que implemente Programa de Trabalho encaminhado a responder às preocupações dos mandantes expressadas na Comissão sobre a melhoria da capacidade da Organização, com vistas a atender a suas necessidades no contexto da Globalização, e que realize um seguimento de outras questões pertinentes.

A Conferência ainda solicitou ao Diretor-Geral que realizasse os preparativos necessários para facilitar amplas consultas entre os mandantes, inclusive entre reuniões, cujos resultados deverá examinar o Conselho de Administração e estabelecer o ponto pertinente de maneira que haja mais possibilidades de obter um consenso a respeito na reunião da Conferência, e que prepare com pelo menos dois meses de antecedência à abertura da 97.ª Conferência (2008), um relatório que contenha os elementos de um projeto de texto para um documento de referência, com vistas a sua consideração, e no qual sejam consideradas as opiniões expressadas na presente reunião da Conferência e em qualquer consulta posterior.

Em resumo, os delegados à Conferência discutiram propostas para fortalecer a governança da OIT e a capacidade de servir a seus mandantes, e foi pedida a possibilidade de considerar durante a Conferência Internacional de Trabalho do próximo ano um documento, que poderia adotar a forma de uma Declaração ou de outro instrumento que seja considerado adequado.

d) Resolução sobre a promoção de empresas sustentáveis.

A Conferência da OIT realizou uma discussão geral sobre a promoção de empresas sustentáveis e convidou o Conselho de Administração da OIT a que considere as conclusões da Comissão no momento de pensar nas futuras atividades sobre a promoção de empresas sustentáveis no contexto do Programa de Trabalho Decente e solicitou ao Diretor-Geral que aloque recursos para tanto no orçamento 2008-2009 como no orçamento de 2010 / 2011.

A Comissão sobre empresas sustentáveis da Conferência destacou em suas conclusões que as empresas sustentáveis são fonte de crescimento, geração de riqueza, emprego e trabalho decente. A Comissão considerou que para alcançar esses benefícios é essencial contar com ambiente propício para o desenvolvimento dessas empresas sustentáveis, o que deveria incluir paz e estabilidade política, boa governança e império da lei, diálogo social, respeito aos direitos humanos e as normas internacionais do trabalho, cultura empresarial, políticas econômicas sólidas, igualdade para concorrer e acesso a serviços financeiros, infra-estrutura física e tecnológica, educação e capacitação, e sustentabilidade ambiental.

A Comissão também considerou necessário levar em conta assuntos como a proteção social, o diálogo social e as boas relações laborais, uma sólida política de recursos humanos, condições de trabalho, a produtividade, os salários e os benefícios compartilhados, a responsabilidade social da empresa e governança empresarial.

2. Organização dos Estados Americanos – OEA

A. Reuniões preparatórias da XV Conferência Interamericana de Ministros do Trabalho da OEA.

Foram realizadas duas reuniões preparatórias da XV Conferência Interamericana de Ministros do Trabalho, uma em San José em abril, e outra em Port of Spain, em julho. Nestas reuniões foram avaliados os andamentos dos Grupos de Trabalho da Conferência e discutidos os projetos de Declaração e Plano de Ação da XV CIMT.

B. XV Conferência Interamericana de Ministros do Trabalho da OEA.

A XV Conferência reuniu em Port of Spain, representantes de 34 países do continente, aprovando uma Declaração e um Plano de Ação, vinculados à proposta de implementação de uma Agenda Hemisférica do Trabalho Decente – iniciativa lançada em maio de 2006, durante a XVI Reunião Regional Americana da OIT. Esta Conferência contou com a participação do Secretário-Executivo, Sr. Ronaldo Lessa, em representação do Ministro Carlos Lupi. Na oportunidade o Brasil deixou a condição de integrante da Troica e foi eleito para a Presidência do Grupo de Trabalho nº 1 sobre o Trabalho Decente como instrumento de desenvolvimento e democracia no contexto da Globalização.

A presidência *pro tempore* cabe a Trinidad e Tobago e a Presidência do Grupo de Trabalho I corresponde ao Brasil.

C. Reunião de Coordenação Presidências e Grupos de Trabalho 1 e 2.

A reunião em Washington nos dias 3 e 4 de dezembro teve como finalidade estabelecer o Calendário de Atividades da CIMT 2008-2009, que permitirá cumprir um Plano de Ação de Port of Spain de 2007 e levará em consideração as prioridades da IV Cúpula das Américas. O calendário inclui as atividades da Rede Interamericana para a Administração Laboral (RIAL) e dos Grupos de Trabalho da CIMT e prevê a realização junto com EUA, de um Seminário no Brasil sobre o tema Juventude e Emprego. Foi discutido também o funcionamento da RIAL, incluindo a definição de suas atividades e operação do Fundo de Cooperação. A delegação do Canadá, na condição de principal contribuinte da RIAL pede que os países de maior porte da região, EUA, Brasil, Argentina e México possam assumir parte no financiamento das atividades.

3. Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP.

A reunião dos Ministros do Trabalho e Assuntos Sociais dos países das CPLP prevista para setembro de 2007 foi transferida para janeiro de 2008, em função de dificuldades políticas do Governo do Timor Leste em reunir os ministros da Comunidade naquela ocasião.

4. Comissão Tripartite de Relações Internacionais – CTRI

Em 2007, foram realizadas 3 reuniões da Comissão Tripartite de Relações Internacionais, instituída pela Portaria 477, de 19 de agosto de 2004 e que se consolidou como o espaço por excelência de Assessoramento do Ministro de Estado do Trabalho em assuntos trabalhistas internacionais.

A VII reunião ordinária convocada em março foi a primeira reunião aberta pelo Ministro Lupi e nela foi aprovado o Parecer da Comissão Tripartite para análise da Convenção sobre o trabalho marítimo da OIT.

A VIII, reunião ordinária, em 4 de setembro, aprovou a instituição de Comissão Tripartite para análise da Convenção nº 188 e da Recomendação nº 199 sobre o Trabalho no setor pesqueiro, 2007 e a criação de Grupo de Trabalho Tripartite para implementação da Agenda Nacional de Trabalho Decente – ANTD.

A IX reunião extra-ordinária, realizada no dia 24 de outubro, foi convocada por determinação do Ministro para analisar a possibilidade de submeter novamente a Convenção nº 158 ao Congresso Nacional. Com parecer favorável do Governo e Trabalhadores e parecer contrário dos Empregadores, o Ministro de Estado acolheu parecer e encaminhou à Casa Civil a manifestação desta Comissão.

5. Agenda Nacional do Trabalho Decente – ANTD

Durante o presente ano, foi realizada uma reunião do Grupo de Trabalho interno do MTE para apresentação do levantamento consolidado das ações do MTE que correspondem às Diretrizes da ANTD. Alcançou-se incluir no PPA 2008/2011, ações específicas voltadas para a implementação da ANTD tais como a criação de um Comitê Executivo Interministerial e elaboração de um Plano Nacional do Trabalho Decente com participação dos atores sociais, trabalhadores e empregadores.

A Assessoria Internacional promoveu em julho uma reunião de apresentação de proposta inicial do sistema de indicadores, da qual participaram representantes das instituições envolvidas, a saber: MTE (SPPE, ASSINT), DIEESE, OIT e Unicamp.

No mês de setembro, a IX Reunião da Comissão Tripartite de Relações Internacionais aprovou a criação de Grupo de Trabalho Tripartite com a finalidade de assessorar o Comitê Executivo Interministerial na implementação da Agenda Nacional de Trabalho Decente. A Portaria nº 540 instituindo o Grupo de Trabalho foi publicada no DOU em 08.11.2007, em seguida foi encaminhada convocatória para indicação das representações.

No âmbito da ANTD, foram realizadas as seguintes atividades em 2007:

Seminário promovido pelo governo da Bahia em abril em Salvador para elaboração da Agenda Estadual do Trabalho Decente;

Seminário das centrais sindicais, DIEESE e OIT em JULHO em São Paulo para definição da participação dos trabalhadores;

Seminário das centrais sindicais Dieese do Estado da Bahia e OIT para organizar a participação dos trabalhadores na construção da Agenda Bahia do Trabalho Decente;

Seminário sobre Trabalho Decente em Santo André- SP, em novembro, que contou com a participação de representantes das Prefeituras daquele Município, de Osasco e Diadema, apresentando a primeira iniciativa municipal de implementação de um Programa de Trabalho Decente.

Apresentação da Agenda Nacional de Trabalho Decente durante Seminário promovido pelo Observatório Social em São Paulo - SP, que contou com a participação de representantes de todas as centrais sindicais brasileiras e de outros países.

Lançamento da Agenda Bahia de Trabalho Decente, em 6 de dezembro que conta com eixos prioritários estabelecidos a partir das discussões realizadas entre o Governo, Trabalhadores, Empregadores e Movimentos Sociais, a saber: Trabalho Doméstico; Segurança e Saúde do(a) Trabalhador(a); Juventude; Erradicação do Trabalho Infantil; Serviço Público; Promoção da Igualdade; Erradicação do Trabalho Escravo e Biocombustíveis. A construção da Agenda foi realizada a partir da discussão dos eixos em Câmaras Temáticas, com posterior desenvolvimento de Planos de Ação e desenvolvimento de mecanismos de monitoramento e avaliação das Ações e indicadores de Trabalho Decente.

6. Mercosul

A. Reunião dos órgãos sociolaborais do Mercosul e GANEmple

Na presidência protempore paraguaia realizou-se a reunião da Comissão Sociolaboral do Mercosul - CSL e do Subgrupo de Trabalho - SGT 10, nos dias 23 e 24 de maio de 2007, onde foram discutidos assuntos sobre a revisão da Declaração Sociolaboral, o Plano Regional de Inspeção do Trabalho; Plano Regional de Erradicação do Trabalho Infantil; matriz de nomencladores de seguridade social, e ainda apresentada à proposta do projeto de fortalecimento Observatório do Mercado de Trabalho – OMTM.

No dia 21 de maio de 2007, realizou-se um Seminário de Avaliação dos Órgãos Sociolaborais do Mercosul, com a participação de todos os países do bloco, onde foram analisadas as propostas de reformulação dos órgãos sociolaborais.

No dia 7 de janeiro de 2007, na cidade do Rio de Janeiro, realizou-se a VI Reunião Ordinária do Grupo de Alto Nível de Emprego - GANEmple, onde o governo brasileiro apresentou uma Proposta de Diretrizes Regionais para a Estratégia Mercosul de Crescimento do Emprego. Na presidência protempore paraguaia realizou-se a VII Reunião, dias 22 e 23 de maio de 2007, onde foi elaborada uma proposta final priorizando as principais diretrizes, para serem elevadas ao Conselho do Mercado Comum - CMC, para a devida aprovação. Na XXXIII Reunião do CMC, realizada no dia 28 de maio de 2007, no Paraguai, foi aprovada a Decisão/CMC nº 19/07, priorizando duas Diretrizes: 1) Promover o desenvolvimento das micro, pequenas e médias empresas (MIPeMEs), de cooperativas, de agricultura familiar e a integração de redes produtivas, incentivando a complementaridade produtiva no contexto da economia regional; e 2) Orientar investimentos públicos e privados em mão-de-obra e setores estratégicos da economia.

De 27 a 29 de novembro reuniram-se, na sede da ALADI em Montevidéu, representantes do SGT-10, da CSL e do GANEmple, no âmbito da presidência protempore uruguaia do MERCOSUL. Na ocasião, avaliou-se o cumprimento das atividades acordadas anteriormente, em Assunção e, com base nisso, foram estabelecidas novas tarefas. Decidiu-se que haverá reunião extraordinária da CSL em abril de 2008, em Buenos Aires, para dar prosseguimento ao processo de revisão da Declaração Sociolaboral do Mercosul, e que a reunião ordinária da PPTA será realizada em maio do mesmo ano.

A Assessoria Internacional apoiou a realização, nos dias 18, 19 e 20 de setembro, de um operativo conjunto de aplicação da Decisão 32/06, “*Condições Mínimas do Procedimento de Inspeção do Trabalho no Mercosul*”, na tríplice fronteira: Foz do Iguazu, Puerto Iguazú e Ciudad del Este.

A Assessoria Internacional juntamente com o Conselho Nacional de Imigração – CNIg, realizou nos dias 12 e 13 de dezembro, em Brasília, um Seminário sobre “*Imigração no Mercosul*”, que servirá como preparação para a Oficina sobre Livre Circulação de Trabalhadores que acontecerá durante a presidência protempore argentina.

B. Encontro de Governadores da Frente Norte do Mercosul (Belém do Pará, 4-6 de dezembro)

Atendendo a convite da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, o Chefe da Assessoria Internacional participou, em Belém do Pará, no período de 4 a 6 de dezembro. Na ocasião, foi redigido e aprovado o documento político Carta do Pará, assinado pelos governadores. O item “Políticas sociais amazônicas” (debatido e redigido por GT homônimo, de que participou o representante do MTE) contém, entre suas propostas, a educação profissional como meio de inclusão social, articulada às políticas laborais, entre outras políticas públicas; além disso, menciona a necessidade da implementação de políticas voltadas para a erradicação do trabalho escravo e infantil, além da exploração sexual de crianças e de profissionais do sexo.

C. Encontro Somos Mercosul (Montevidéu, 13-15 de dezembro)

A convite da Secretaria-Geral da Presidência da República, o Chefe da Assessoria Internacional representou o MTE no encontro “Somos Mercosul”, em 14 de dezembro, na cidade de Montevidéu. A atividade contou com a presença do Chanceler da República Uruguaia, Sr. Reinaldo Gargano; do Ministro-Chefe da SG da Presidência da República do Brasil, Sr. Luiz Dulci; do Sr. Roberto Conde, Presidente do Parlamento do Mercosul; do Sr. Carlos “Chacho” Alvarez, Presidente da Comissão de Representantes permanentes do bloco, além de representante da Prefeitura de Montevidéu.

Na ocasião, representantes de diversas organizações sociais expuseram suas propostas relativas a PYMES, cooperativas, integração produtiva, direitos humanos, democratização dos meios de comunicação, políticas de gênero e agricultura familiar, entre outros. O Ministro Dulci destacou a importância fundamental do processo de integração, a necessidade de se avançar na integração econômica, além da importância de se considerar adequadamente o tema do TRABALHO, inclusive por meio da adoção de regras supra-nacionais.

7. Cooperação Técnica

O Governo brasileiro tem buscado estreitar ainda mais os laços de cooperação com os Governos da América Latina, em especial do Mercosul, além de Organismos Internacionais (OIT, OEA, etc.) e os Países Africanos de Língua Portuguesa (PALOP's). Em 2007 foram realizadas atividades com Bolívia, Equador, Argentina, Venezuela, México e Paraguai, Espanha e Canadá

Cooperação Brasil – Bolívia

Missão enviada à Bolívia para tratar sobre acordos de cooperação em matéria de administração do trabalho e inspeção do trabalho, resultou na negociação entre os dois Governos de projetos de Apoio à Administração do Trabalho e de Fortalecimento das Instituições com destaque para os seguintes programas: Políticas Públicas de Emprego e Economia Solidária; Estrutura e Gestão da Inspeção do Trabalho; Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda brasileiro; Programa Primeiro Emprego; Iniciativa de inserção de trabalhadores portadores de deficiência e; Programas Nacionais de implementação e fomento de economia solidária, além de Sistema de Inspeção brasileiro e; programas de combate ao trabalho infantil, trabalho forçado e combate às cooperativas fraudulentas. As visitas foram realizadas no Ministério do Trabalho e Emprego, DRT de São Paulo e FUNDACENTRO também em São Paulo, com resultados bastante positivos. A atividade só não foi concluída devido a problemas internos daquele país, que impossibilitou a visita de técnicos brasileiros à Bolívia.

Cooperação Brasil – Paraguai

Foram negociados 03 projetos no âmbito do Fundo de Cooperação da Rede Interamericana pela Administração Laboral (RIAL-OEA): Projeto “Reordenamento Organizacional e Funcional do Min. de Justiça e Trabalho do Paraguai”, em parceria com o Ministério da Justiça e do Trabalho paraguaio; Projeto “Inspeção em Área de Navegação Marítimo Fluvial”, em parceria com o Min. do Trabalho, Emprego e Seguridade Social argentino; Projeto de cooperação em matéria de trabalho marítimo, em parceria com o Ministério do Poder Popular para o Trabalho e a Seguridade Social (República Bolivariana de Venezuela).

O primeiro a ser realizado foi o projeto “Reordenamento Organizacional e Funcional do Min. de Justiça e Trabalho do Paraguai”, por meio de visita que técnicos daquele ministério fizeram visita a este ministério para realização de atividades previstas no projeto. Os resultados desta visita foram positivos e a contraparte paraguaia manifestou interesse em dar continuidade às atividades previstas no projeto.

Cooperação Brasil – Argentina

As atividades previstas no projeto “Inspeção em Área de Navegação Marítimo Fluvial”, em parceria com o Min. do Trabalho, Emprego e Seguridade Social argentino tiveram início em 06 de agosto em Brasília com reunião técnica na parte da manhã para apresentação da organização do MTE e termino no dia 09/08 para conhecimento e inspeção do Porto do Rio de Janeiro.

Em seguida a esta atividade foi realizado uma outra com o governo argentino a “Jornada Bilateral entre Funcionários do Ministério do Trabalho e Emprego do Brasil e Ministério do Trabalho, Emprego e Seguridade Social da Argentina” com o objetivo de Intercambiar opiniões e experiências sobre Erradicação do Trabalho Infantil, Dialogo Social, Negociação Coletiva, Políticas ativas de Emprego e Programa Nacional de Trabalho Decente e a Agenda Laboral

Regional (MERCOSUL) e Internacional (OEA, OIT, etc.) de forma a compartilhar experiências e horizontalizar informações.

No final da Reunião “Jornada Bilateral” ficou acertado que na próxima reunião da Missão multi-setorial da Agência Brasileira de Cooperação – ABC a Buenos Aires – Argentina – 05 a 08 de setembro de 2007, seria dado o início para a assinatura de 03 projetos de cooperação técnica entre os países. Os projetos seriam: “Negociação coletiva: Gestão e Sistematização das Informações”; “Fortalecimento da Inspeção do Trabalho Portuário e Aquaviário”; “Fortalecimento das micro, pequenas e médias empresas como geradoras de emprego digno”. Essas negociações ainda não foram concluídas. A ABC aguarda posicionamento da parte argentina para assinatura dos referidos projetos.

Cooperação Brasil – Equador

Em março deste ano foi realizado no Equador Missão com a finalidade de fechar Acordo de Cooperação em matéria de prevenção, combate e erradicação do trabalho infantil, resultando na negociação do Projeto “Fortalecimento dos Sistemas de Inspeção do Trabalho do Brasil e do Equador com Ênfase no Combate e Erradicação do Trabalho Infantil”. O projeto foi realizado no mês de novembro com a vinda de três técnicos equatorianos. As visitas foram realizadas na Secretaria de Inspeção do Trabalho, Fundacentro e DRT de São Paulo.

Cooperação Brasil – Itália

No segundo semestre de 2007 foi assinado Memorando de Intenções entre o Ministério do Trabalho e Emprego do Brasil e Ministero del Lavoro e della Previdenza Sociale della Repubblica Italiana, com o fim de ampliar a cooperação técnica entre os países na área de Capacitação Profissional e Políticas Públicas de Emprego com ênfase no Emprego de Jovens. Como parte deste Memorando, foi realizado no Rio de Janeiro, entre os dias 29 e 30 de novembro, Seminário Brasil / Itália de Intercâmbio de experiências sobre Políticas Públicas de Emprego e Educação Profissional com o objetivo de adiantar o processo de cooperação enquanto se aguarda o pronunciamento da ABC. Ao final do Seminário tomou-se a decisão de criar um grupo de estudos para o desenvolvimento do Projeto de Cooperação previsto no Memorando de Intenções.

Cooperação Brasil – França

Realizou-se em Salvador, BA, no período de 31 de maio a 1 de junho, primeira Reunião do Comitê Binacional para Cooperação Descentralizada e Federativa Franco-Brasileira. Na ocasião, foram discutidos os seguintes itens:

- Estrutura institucional, funcionamento e papel político do Comitê Binacional;
- Definição dos temas prioritários de cooperação e coordenações temáticas, (Ciência e Tecnologia, Desenvolvimento Urbano, Desenvolvimento Econômico, Educação Básica e Superior, Políticas Públicas e Cooperação Internacional e Saúde).

A segunda reunião do Comitê Binacional da Cooperação Descentralizada e Federativa Franco-Brasileira de 12 a 14 de novembro de 2007, em Belo Horizonte. O MTE participou das oficinas de Economia Social e Solidária, de Desenvolvimento Territorial Sustentável, Consórcios Sociais da Juventude e Políticas de Inclusão Social por ocasião da 2ª Reunião do Comitê Binacional coordenada pela Presidência da República.

Cooperação Brasil – Canadá

PROPOSTA DE RENOVAÇÃO DO MEMORANDO DE ENTENDIMENTO ENTRE BRASIL-CANADÁ

Foi realizada consulta às Secretarias relativa ao interesse na inclusão de novos temas para o novo Memorando, a ser assinado em novembro, bem como em possíveis atividades a serem realizadas ainda em 2007. Resultados consolidados.

Proposta de workshop que examinará os desafios impostos por uma divisão de poderes na área do trabalho nestas federações, fazendo também uma comparação com outras.

O Memorando foi assinado em 09 de novembro por ocasião da visita no Ministro Carlos Lupi a Argentina, para a realização de atividades que envolviam os interesses dos três países.

Cooperação Brasil – Alemanha

Em 24 e 25 de outubro foi realizada Conferencia Bilateral União Européia – América Latina sobre Inclusão Social, em Santiago do Chile, com a participação de um Secretario de Estado, dois funcionários do Ministério do Trabalho alemão e 3 Funcionários de outros Ministérios daquele país.

Cooperação Brasil – Cabo Verde

Foi solicitada uma visita ao Ministério da Ministra Adjunta do Primeiro Ministro e Ministra da Qualificação e Emprego de Cabo Verde, Sra. Sara Lopes, que manifestou interesse em firmar acordo de cooperação sobre os temas da Formação, Qualificação Profissional e Emprego de Jovens, Mulheres e Pessoas com Deficiência.

COOPERAÇÃO NA ÁREA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO NOS ESTADOS-MEMBROS DA CPLP

Seqüência ao Acordo de Parceiros assinado em Santa Maria da Feira, Portugal, bem como aos encontros realizados em Bissau, Guiné-Bissau, a saber: 1ª Reunião do Conselho de Parceiros. Trata-se de cooperação para a formação e treinamento de inspetores de trabalho no âmbito da CPLP. Portugal financia e fornece treinamento, e o Brasil entra com conhecimento técnico, auxiliando desse modo a estruturação desse setor nos países africanos e no Timor. Existe ainda a previsão da tradução da literatura de referência da OIT nessa área para a língua portuguesa, bem como da inserção e manutenção do site sobre o tema no portal da CPLP. O evento foi adiado e tem previsão para ser realizado em janeiro de 2008.